

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CADETE DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS SOB A PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS INSTITUCIONAIS

Andréa Lemos Maldonado Cruz

Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente da Academia Militar das Agulhas Negras.

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo refletir acerca da construção da identidade das cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, tomando como base as práticas discursivas institucionais que permeiam as relações entre instrutores e instruídos no ambiente acadêmico. Considerando-se que a construção da identidade é um processo que está inserido no plano das relações sociais, através das práticas discursivas, credita-se à linguagem e às atitudes, implícitas ou explícitas, dos docentes o poder de interferir na concepção identitária das cadetes.

Palavras-chave: Identidade. Práticas discursivas. Cadetes. Mulheres. Exército Brasileiro.

ABSTRACT:

This article aims to reflect on the identity of cadets of the Military Academy of Agulhas Negras, based on the institutional discursive practices that permeate the relations between instructors and students in the academic environment. Considering that the construction of identity is a process that is inserted in the plane of social relations through discursive practices, it is credited to teachers' language and attitudes, implicit or explicit, to interfere in the identity conception of cadets.

Keywords: Identity. Discursive practices. Cadets. Women. Brazilian Army.

1 INTRODUÇÃO

A formação do oficial da Linha Militar Bélica do Exército Brasileiro (EB) ocorre ao longo de cinco anos em dois estabelecimentos de ensino militar, sendo: o primeiro ano na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), situada em Campinas, São Paulo; e os quatro anos restantes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), situada em Resende, Rio de Janeiro.

O ingresso para a EsPCEEx é realizado mediante concurso público de âmbito nacional, para o qual, até o ano de 2015, só eram admitidos jovens do sexo masculino. No entanto, com a implementação da Lei Nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, da Presidência da República, no ano de 2016 foram abertas vagas para mulheres no concurso de admissão e, a partir de 2017, essas jovens fazem parte da formação dos oficiais da área combatente do EB.

Apesar do Exército já admitir, desde 1992, a entrada das mulheres em suas fileiras, a atuação destas restringe-se apenas no quadro complementar, em áreas como saúde, administração, pedagogia, advocacia, informática etc, e em carreiras técnicas do IME (Instituto Militar de Engenharia). O perfil e a identidade militar dessas mulheres não se caracterizam, portanto, por uma atuação de caráter bélico. Cabe, então, questionar, com a admissão desse novo contingente de mulheres, cuja formação é voltada ao combate, como se revelarão o perfil profissional e a identidade militar dessas jovens?

A reflexão central do presente artigo repousa, então, sobre a constituição da identidade dessas mulheres. Para construir nossa análise, tomamos por base o estudo das práticas acadêmicas e institucionais presentes no cotidiano dos estabelecimentos de ensino responsáveis pela formação dessas militares.

Nesse contexto, surgiram algumas perguntas que motivaram nossa reflexão, tais como: que desafios enfrenta e enfrentará o Exército Brasileiro na construção da identidade desse novo segmento de jovens?; as cadetes assumirão a identidade social de gênero masculino ou construirão uma nova identidade?; como as práticas acadêmicas da EsPCEEx e da AMAN influenciam a formação dessa identidade?

Sabe-se que a escola tem papel fundamental na construção da identidade pessoal e profissional, e que as práticas discursivas legitimadas institucionalmente nesse ambiente são constitutivas de relações sociais que introduzem os indivíduos em determinados modos de vida, determinados *habitus*. Da mesma forma, as práticas discursivas características do ambiente acadêmico militar podem contribuir para estruturar a percepção identitária de um novo segmento do público interno do Exército Brasileiro recentemente inserido na Instituição.

Por isso, acreditamos que analisar tais práticas, como processos de subjetivação e de significação desenvolvidos nas relações interacionais entre instrutores (docentes) e instruendos (cadetes), além das relações entre os próprios cadetes, no ambiente escolar, pode se constituir em precioso método de investigação, que possa ser capaz de elencar possíveis impactos e modificações na cultura organizacional do EB, com a inserção das mulheres na área combatente. Além disso, pode contribuir com os estudos sobre a adaptação da cultura e do ambiente organizacional militar no sentido de eliminar possíveis segregações e preconceitos.

Precisamos, para tal, iniciar nossa reflexão verificando como são construídas as identidades e qual o papel das práticas discursivas nessa construção.

2 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE

O termo identidade tem despertado, cada vez mais, o interesse dos cientistas sociais, que ampliaram, ultimamente, os estudos sobre o assunto. Alguns autores definem identidade analisando-a sob a perspectiva social e pessoal, como atributos específicos do indivíduo e características que assinalam pertencimento a grupos ou categorias. Outros teóricos partem de uma ideia de identidade concebida a partir de sistemas culturais. Nesta perspectiva, a identidade é compreendida como culturalmente formada em um conjunto de significados partilhados por representação coletiva.

Segundo Dubar¹ (1997), a identidade não nasce com o indivíduo. Ela é construída e sofre sucessivas reconstruções ao longo da vida, constituindo-se do trabalho de diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições. Dessa forma, a identidade possui caráter relacional, pois é, ao mesmo tempo, uma estratégia de inclusão e um mecanismo de exclusão, que situa o sujeito em um grupo e o distingue dos demais. A construção da identidade é, então, um processo que está inserido no plano das relações sociais.

Essas relações, no entanto, não são fixas. Em função das mudanças sofridas pelas sociedades modernas no final do século XX e do fenômeno da globalização, que modificou as estruturas sociais, surgiram novas formas de organização e de relações entre as pessoas. Tais modificações transformaram, também, as noções de identidade.

Stuart Hall², em sua obra intitulada *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2001), afirma que a identidade do sujeito pós-moderno não é permanente, está se fragmentando por operar em um mundo sob constantes transformações. Assim, longe de ser entendida como uma estrutura estável, atualmente, alguns

1 Claude Dubar: sociólogo francês nascido em 11 de dezembro de 1945 e falecido em 29 de setembro de 2015, cujas pesquisas centravam-se nas relações entre a sociologia da educação, do trabalho e das identidades profissionais.

2 Stuart Hall: teórico e sociólogo jamaicano nascido em 03 de fevereiro de 1932 e falecido em 10 de fevereiro de 2014. Viveu e atuou no Reino Unido, onde foi um dos fundadores da escola de pensamento que hoje é conhecida como Estudos Culturais britânicos ou a escola Birmingham dos Estudos Culturais.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CADETE DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS SOB A PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS INSTITUCIONAIS

cientistas sociais e, principalmente, pesquisadores da área da linguagem, concebem identidade segundo a visão socioconstrucionista.

Essa perspectiva surgiu com base na teoria do construcionismo social, emergente do final do século XX e início do século XXI. Ligada à área da psicologia clínica, seu foco eram os processos relacionais e discursivos por meio dos quais o indivíduo constrói a si mesmo e dá significado ao que está ao seu redor.

Segundo essa teoria, o conhecimento sobre a realidade e os sentidos dados ao mundo são construídos socialmente, situados historicamente e reforçados pelas práticas sociais. Por analogia, o conhecimento sobre si mesmo e sobre sua identidade também derivam dessa construção social e, portanto, são culturalmente situados, o que nos faz retornar aos conceitos identitários do sujeito pós-moderno, de Hall (2003).

O ponto central da visão construcionista é de que “...os objetos sociais não dados ‘no mundo’ mas são construídos, negociados, reformados, modelados e organizados pelos seres humanos em seus esforços de fazer sentido dos acontecimentos no mundo.” (SARBIN & KITSUSE, 1994, p. 3). Existe, assim, a necessidade de uma cultura compartilhada.

Mas, a partir do momento em que as estruturas sociais e, por consequência, as culturais estão fluídas, podemos dizer que as identidades também o são. Segundo a visão socioconstrucionista, um indivíduo pode apresentar múltiplas identidades, dependendo de suas características de credo, raça, grau de instrução, gênero, enfim.

Essas múltiplas identidades, segundo Zygmunt Bauman³ (2001), estão sempre em alteração, de acordo com as práticas discursivas nas quais esses indivíduos se inserem. James Paul Gee afirma que “...cada pessoa é membro de muitos discursos e cada discurso representa uma de nossas múltiplas identidades” (GEE, 2000, p. 99).

Portanto, através das práticas discursivas, as identidades sociais de seus participantes são percebidas, ao mesmo tempo que, participando dessa relação social, fazemos parte da construção e reconstrução dessas identidades.

Inseridas no quadro das relações sociais, as instituições militares veem, também, a identidade de seus atores sociais assujeitada às suas práticas discursivas e passíveis de se moldar ou se adaptar à nova ordem de transformações mundiais.

3 AS PRÁTICAS DISCURSIVAS MILITARES

Há poucos trabalhos acadêmicos sobre as instituições militares como objeto de estudo na área da linguagem. A maioria dos estudos aborda o papel dos militares na política brasileira. O antropólogo Celso Castro⁴ foi um dos primeiros a realizar uma pesquisa etnográfica sobre o processo de construção da identidade social militar, realizada na Academia Militar das Agulhas Negras, estabelecimento de ensino superior responsável pela formação do oficial da linha militar bélica do Exército Brasileiro.

A proposta de Castro (2004) parte do processo de socialização escolar pelo qual os cadetes da AMAN passam, como elemento articulador entre o mundo institucional e a subjetividade, o que chamou “o espírito militar”, que seria resultado dessas práticas discursivas e culturais notadamente institucionalizadas.

Segundo o autor, ao ingressar na Academia, o jovem é submetido a um processo de construção da identidade militar num ambiente de internato, o que facilita a absorção das práticas discursivas. Assim, combinam-se mecanismos de separação do ambiente civil e de unificação ao novo grupo, que permitem a delimitação de fronteiras simbólicas essenciais para a construção das identidades sociais.

No entanto, apesar dessa aparente reclusão e distanciamento aos quais esses jovens são submetidos, e que facilitam a definição um *ethos*⁵ específico militar, eles não estão isolados da sociedade, sendo,

3 Zygmunt Bauman: sociólogo e filósofo polonês nascido em 19 de novembro de 1925 e falecido em 9 de janeiro de 2017. Foi o autor do conceito modernidade líquida, o qual expressa que estamos vivendo tempos de instabilidade e volatilidade.

4 Celso Castro: antropólogo e sociólogo. É Diretor da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC) e da Escola de Relações Internacionais (FGV RI) da Fundação Getúlio Vargas. Sua pesquisa se concentra no estudo dos militares no Brasil.

5 Ethos é uma palavra de origem grega, que significa “**caráter moral**”. É usada para descrever o conjunto de **hábitos** ou

assim, influenciados por todas as suas transformações. Dessa forma, por um lado vemos conceituações de identidade previstas nos regulamentos militares, as quais baseiam-se em fundamentos rígidos e tradicionais e que são transmitidas a esses jovens. Por outro lado, vemos as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais da pós-modernidade interferindo na construção dessa identidade e esse é um novo desafio com o qual a instituição tem que lidar.

Outro desafio é ser capaz de agregar novos perfis identitários a essa cultura organizacional, que é o que acontece com a inserção das mulheres na Linha Bélica.

4 MULHERES MILITARES

No Brasil, a inserção feminina nas Forças Armadas não foi pautada por uma política federal homogênea e cada instituição administrou de maneira independente a questão em contextos e momentos particulares (GIANINNI, 2014). Seu início foi em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, com o envio de 73 enfermeiras para servirem em quatro hospitais do Exército Norte-Americano. Mas, após a guerra, elas foram licenciadas do serviço ativo, passando para o quadro da reserva remunerada como oficiais.

Antes desse período, houve a participação pontual de brasileiras no militarismo, fruto da necessidade, muitas vezes individual, de intervenções de caráter regional. Foi o caso de Maria Quitéria de Jesus, baiana que, em 1823, lutou pela manutenção da independência do Brasil, sendo a primeira mulher a assentar praça em uma unidade militar, no Batalhão de D. Pedro I, com o nome de “guerra” Medeiros e assumindo identidade masculina, pois de outra forma, não seria aceita como voluntária.

Somente em 1980, com a criação do CAFRM – Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha do Brasil – Lei nº 6.807 –, a presença feminina foi institucionalizada, sob influência das transformações ocorridas naquela década em relação à abertura democrática e à crise econômica, social e cultural do período.

A inserção feminina nas Forças Armadas na maioria dos países é resultado de um processo de modificações pelas quais a sociedade passou, “... marcando, desde a II Guerra Mundial, tanto a gestão da violência e a estrutura sócio-organizativa das instituições militares como as relações intersexos e o padrão de participação social das mulheres” (CARREIRAS, 1997, p. 1). Vemos, então, que a incorporação das mulheres nesse campo profissional de domínio eminentemente masculino não foi precedida pela percepção de igualdade de papéis sociais destacados pelas políticas e teorias de gênero.

Em 1982 a Força Aérea Brasileira, por intermédio da Lei nº 6.924, de 1981, criou o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica. Em 1992, a Escola de Administração do Exército (Salvador - BA) matriculou, mediante a realização de concurso público, a primeira turma de 49 mulheres, que, após um ano de formação, passaram a compor o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (Lei nº 7.831, de 1989), nas áreas das ciências sociais.

Quatro anos depois, em 1996, é incorporada a primeira turma de 290 mulheres voluntárias para prestarem o serviço militar na área de saúde do Exército, com a admissão de médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior, ao mesmo tempo em que eram admitidas as primeiras mulheres no Quadro de Engenheiros Militares do Instituto Militar de Engenharia. No ano seguinte, houve a extinção do CAFRM e a incorporação das militares na estrutura oficial de Corpos e Quadros da Marinha.

A partir de 1998, com a permissão para que as mulheres ingressassem nas Forças Armadas em caráter temporário, foram admitidas advogadas, administradoras de empresas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, entre outras áreas de ciências humanas e exatas, que permanecem durante até oito anos como oficiais.

No entanto, essas oportunidades restringiam-se às áreas não combatentes. A Força Aérea Brasileira foi a primeira das três Forças Armadas a admitir mulheres na Academia da Força Aérea, em 1996, na arma de Intendência, e, em 2003, na Aviação. Somente em 2014, a Marinha abriu concurso oferecendo doze vagas para mulheres na Escola Naval, e este ano, 2016, o Exército disponibilizou vagas para a AMAN.

crenças que definem uma comunidade ou nação. No âmbito da sociologia e antropologia, *ethos* são os costumes e os traços comportamentais que distinguem um povo.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CADETE DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS SOB A PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS INSTITUCIONAIS

Em abril de 2014, o Ministério da Defesa do Brasil criou sua Comissão de Gênero, tendo como finalidade estudar e propor ações visando à efetivação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, procurando sempre adequar as características de cada uma das Forças Armadas. Porém, antes de tecermos considerações a respeito das questões de gênero no contexto da inserção das mulheres nas Forças Armadas, precisamos ampliar nosso foco e verificar o assunto no contexto das relações sociais.

5 PAPÉIS SOCIAIS E QUESTÕES DE GÊNERO

As concepções dos papéis sociais das mulheres e dos homens na sociedade também vêm sofrendo transformações nestes tempos de pós-modernidade. Em uma determinada estrutura social podemos encontrar determinados papéis e funções tradicionalmente internalizados que são considerados próprios ou naturais de seus respectivos gêneros. Esses papéis sociais são exteriorizados através da linguagem, do comportamento e das atitudes influenciados pelos estereótipos convencionados pelos grupos culturais aos quais os indivíduos pertencem e que resultam de sua socialização e de sua posição social.

Podemos dizer, então, que esses papéis materializam-se em “modos de ação”, em práticas que influenciam o mundo, o que, Norman Fairclough⁶, define como discursos: “... formas de representar aspectos do mundo – os processos, relações e estruturas do mundo material, do mundo mental dos pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, e o mundo social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 124).

Ao longo da história, verifica-se que as práticas discursivas, que nada mais são do que um construto social, delimitaram os conceitos de identidade feminina na concepção de feminilidade interiorizada pela educação e pelas normas de comportamento impostas pela sociedade. A influência do sistema patriarcal, nesse contexto, foi um dos principais elementos que influenciam a construção das identidades de homens e de mulheres, pois, em sua origem encontra-se a legitimação social da supremacia do homem sobre a mulher.

Na realidade, a diferença de sexo distingue biologicamente homens e mulheres, mas a diferença de gênero envolve reconhecer a existência de valores constitutivos da identidade feminina e da identidade masculina. Esses valores, apesar de diferentes, devem se manifestar em pé de igualdade em todas as dimensões da vida.

Segundo Pierre Bourdieu⁷ (1999) as expressões masculinas ou femininas são:

produto de um trabalho social de nomeação e inculcação, ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas linhas de demarcação mística, conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada (BOURDIEU, 1999, p. 63-64).

Por *habitus*, o autor refere-se ao sistema de disposições adquiridas no processo de socialização primária, à capacidade cognitiva socialmente constituída de percepção, pensamento, apreciação e ação. Culturalmente corporificado, ele expressa uma maneira de ser. Podemos, então, afirmar que o *habitus* faz parte do conjunto de práticas discursivas que constrói simultaneamente o indivíduo e o mundo, reproduzindo articuladamente estruturas subjetivas e objetivas.

Isso também é uma realidade dentro das instituições militares, nas quais, através de uma série de procedimentos, normas e padrões de conduta determinados pelas convenções e expressos nas práticas discursivas, é construído o *habitus* militar.

6 HABITUS, ETHOS E IDENTIDADE MILITAR

6 Norman Fairclough: linguista inglês, um dos fundadores da análise crítica do discurso (ACD), uma área de estudos linguísticos que analisa a influência das relações de poder sobre o conteúdo e a estrutura dos textos.

7 Pierre Félix Bourdieu: sociólogo francês nascido em 1 de agosto de 1930 e falecido em 23 de janeiro de 2001. Desenvolveu, diversos trabalhos abordando a questão da dominação e as áreas do conhecimento humano, discutindo em sua obra temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política.

ANDRÉA LEMOS MALDONADO CRUZ

O *habitus* militar, aquilo expressa seu ethos, é a administração da violência, uma vez que a sua função é o combate armado bem-sucedido, com monopólio do Estado, a serviço da sociedade. Ao exteriorizá-lo, as Forças Armadas reproduzem o modelo socialmente dominante, cuja concepção da masculinidade, representada pela força física e virilidade, contribui para a reprodução de estereótipos sexuais (CARREI-RAS, 1997, p. 45).

Sendo as instituições militares identificadas por espaços de virilidade, a construção de gênero nesse ambiente identifica as mulheres como sensíveis e frágeis e os homens como fortes e violentos. Essas características identificadoras do feminino e do masculino acabam por limitar o acesso de mulheres nas Forças Armadas de forma igualitária.

Para Bourdieu (1999), um dos mecanismos de mudança dessa reprodução de uma ordem masculina pode ser a escola:

os mais importantes [fatores de mudança] são os que estão relacionados com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais com o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares (BOURDIEU, 1999, p. 107).

Ao analisar o ambiente acadêmico militar, suas práticas discursivas, seu *habitus* e o processo educacional pelo qual passam os militares da linha bélica do Exército, verifica-se um reforço de características valorizadas no processo de socialização masculina, tais como a força física e a capacidade de domínio. Essas características, culturalmente percebidas como pertencentes ao universo masculino, podem marcar uma segregação entre cadetes homens e mulheres, influenciando, assim, a construção da identidade social desse novo grupo.

Como já foi dito, a construção da identidade é um processo que está inserido no plano das relações sociais. Identidade e diferença são o resultado de uma construção social marcada através de símbolos que circulam, têm efeitos e só podem ser compreendidos dentro dos sistemas de significação, sistemas simbólicos dos quais a linguagem e o discurso são o fio condutor.

Podemos dizer que “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes” (Fairclough, 2001, p. 92).

Alguns estudos realizados por pesquisadoras como Maria Celina D’Araújo (2003; 2004), Suzeley Kalil Mathias (2009) e Emília Takahashi (2002) concluíram que, desde a entrada das primeiras mulheres no ambiente militar, de uma forma geral, as práticas discursivas e a identidade institucional dessas organizações permaneceram inalteradas. Esse universo e a identificação do profissional militar continuam a ser considerados como do gênero masculino, e as mulheres, apesar de terem que demonstrar que são capazes de realizar todas as atividades destinadas aos homens, pois recebem o mesmo treinamento, ainda são identificadas cultural e historicamente numa visão pejorativa feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito, a educação constitui-se um dos mecanismos sociais de construção de identidade feminina. Logo, as instituições de ensino, e, nesse caso, os estabelecimentos de ensino militar devem estar atentos para que suas práticas acadêmicas possam contribuir na formação de mulheres militares em sentido pleno. Tais práticas, deveriam ser o resultado de uma mudança na percepção de gênero da instituição militar, pois, ao ser inserida no ambiente militar acadêmico, essa mulher passará por um processo de socialização comum a todos os cadetes cujo objetivo é a formação de um profissional com os mesmos valores

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CADETE DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS SOB A PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS INSTITUCIONAIS

institucionais.

Esses valores farão parte de um constructo social desenvolvidos pelas práticas discursivas socializadas no ambiente escola e constituirão parte da formação identitária dessas cadetes. Nesse aspecto, deve-se considerar o fator interacional entre docentes e discentes.

Em um ambiente acadêmico militar, assim como em qualquer outro ambiente escolar, os docentes, no caso específico da EsPCEEx e da AMAN os instrutores, constroem-se como sujeitos constantemente. As práticas discursivas, a linguagem da qual se utilizam, veiculam informações que refletem no comportamento discente e que vão além de simples palavras, pois se constituem em mensagens simbólicas, em gestos implícitos ou explícitos que também permitem que o cadete ocupe um espaço em seu meio social, o qual poderá corresponder aos conceitos e/ou preconceitos que podem existir no contexto militar, nas práticas institucionais.

Sendo assim, as atitudes implícitas ou explícitas e as palavras do educador podem interferir intensamente na concepção identitária desses cadetes. No entanto, até os dias atuais essas relações, na área combatente, eram restritas ao gênero masculino. Cabe-nos considerar se tais práticas acadêmicas e relações sofreriam mudanças com a inserção das mulheres nesse ambiente.

A construção da identidade é um processo que está inserido no plano das relações sociais. Identidade e diferença são o resultado de uma construção social marcada através de símbolos que circulam, têm efeitos e só podem ser compreendidos dentro dos sistemas de significação, sistemas simbólicos dos quais a linguagem e o discurso são o fio condutor.

É necessário, então, aprofundar os estudos na esfera institucional do Exército Brasileiro para que ele possa estar preparado para construir a identidade social de seus militares de acordo com seu imperativo funcional social, que é a defesa da Pátria. Ao mesmo tempo, que essa construção possa contribuir para ressignificar as concepções militares sobre a maneira que eles percebem a mulher dentro da instituição militar, dando a ela a possibilidade real de mostrar as suas capacidades.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 159p.
- CARREIRAS, Helena. Mulheres nas Forças Armadas portuguesas. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.
- CASTRO, Celso. O Espírito Militar. Um antropólogo na caserna. 2ª ed. Rio de Janeiro: J.Zahar, 2004.
- D'ARAUJO, Maria Celina (2004). Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In Castro, Celso et. al. (org.) Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. Portugal: Porto Editora, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- GEE, J. P. Discourse Analysis: theory and method. 2ª ed. Londres: Routledge, 2000.
- GIANNINI, Renata Avelar Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira. Artigo Estratégico 9, Instituto Igarapé, setembro de 2014.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 10ª ed. DP&A: São Paulo, 2001.
- TAKAHASHI, Emilia E. Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar. Campinas, 2002. Tese (doutorado) – UNICAMP.